

## **COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR**

### **PROJETO DE LEI Nº 6.101, de 2002**

Substitutivo do Senado Federal ao PL 6.101, de 2002, que “Acrescenta parágrafo único ao art. 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Proteção e Defesa do Consumidor, dispondo sobre o direito de examinar o produto no ato da compra”.

**Autor:** Senado Federal

**Relator:** Deputado Dimas Ramalho

## **I - RELATÓRIO**

O Projeto de Lei nº 6.101, de 2002, de autoria do nobre Deputado Celso Russomano, que propõe alteração do art. 31 do Código de Defesa do Consumidor – CDC, para permitir que o consumidor examine o produto no ato da compra, foi aprovado nesta Câmara dos Deputados em 09 de novembro de 2004, e enviado ao Senado Federal.

Após o transcurso natural naquela Casa Legislativa, o projeto em apreço foi também aprovado, porém com alterações, na forma de um Substitutivo, que devemos agora analisar.

É o relatório.

## II - VOTO DO RELATOR

A alteração proposta inicialmente no PL 6.101, de 2002, tinha o seguinte texto, simples e auto-explicativo.

*“Art.31.....*

*Parágrafo único. O consumidor poderá examinar o produto no ato da compra, na presença do fornecedor.”*

No Senado Federal, o projeto foi aperfeiçoado com as seguintes alterações.

Primeiramente, foi determinado que o exame do produto, conforme proposto pelo projeto, não trouxesse prejuízos aos prazos previstos no art. 26 do CDC, que dispõe sobre o direito de reclamar por vícios aparentes ou de fácil constatação, sendo de trinta dias para produtos não duráveis e noventa dias para produtos duráveis, ou seja, a alteração quer deixar claro que o fato do consumidor ter o direito de examinar o produto não lhe retirará o direito de reclamação conforme o que reza o art. 26.

A segunda alteração proposta estabelece que o consumidor, ao constatar algum defeito no exame do produto, poderá exigir os direitos que lhe são concedidos pelo § 1º do art. 18 do CDC.

Este último dispositivo citado no parágrafo anterior, dispõe que o consumidor, no caso do vício no produto não ser sanado em trinta dias, terá o direito, a sua escolha, de substituição do produto, de restituição do dinheiro ou de abatimento proporcional no preço.

No entanto, o autor do Substitutivo não atentou para o fato de que o exame do produto proposto no projeto original é anterior à compra do mesmo, logo não há que falar-se em substituição ou devolução do dinheiro, pois o negócio não chegou a realizar-se. Caso o consumidor, mesmo constatando o problema na presença do fornecedor, resolva comprar o produto, continuará tendo o direito já previsto no § 1º do art. 18 do CDC. Assim, não vemos sentido no § 2º do Substitutivo proposto.

Finalmente, o § 3º do Substitutivo determina que o direito de examinar o produto não se aplica à produtos ofertados em embalagens lacradas, por força de lei ou por determinação de autoridade competente; aos alimentos pré-embalados e aos produtos entregues no domicílio indicado pelo consumidor.

Esta última alteração é pertinente, pois existem realmente alguns produtos que não podem ser examinados sem prejuízo do mesmo e até para transporte do consumidor que resolva comprar o produto após o exame.

Diante do exposto, somos pela aprovação do Substitutivo do Senado Federal, e pela rejeição do § 2º proposto em seu texto ao art. 31 da Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990.

Sala da Comissão, em                      de julho de 2006.

Deputado DIMAS RAMALHO  
Relator